



(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) está listada na bolsa de valores de São Paulo e tem sede na cidade de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de móveis em geral com predominância de madeira, bem como a industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Em 2010, a Administração da Companhia decidiu descontinuar as operações de móveis, conforme descrito na nota explicativa nº33.

Também em 2010 observou-se uma melhora nas atividades operacionais em função da captura dos benefícios do projeto de investimento (Projeto Superação) implementado em 2007/2008 e pelas melhores condições de mercado. Neste mesmo ano foi reestruturada a dívida da Companhia com uma emissão de debêntures em 12 de abril de 2010 no montante de R\$ 100.000 e prazo de 5 anos, e uma emissão de CRI – certificados de recebíveis imobiliários em 03 de agosto de 2010 no montante de R\$ 40.833 e prazo de 3 anos.

No dia 12 de abril de 2010, a Companhia teve subscrita e integralizada a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações da Companhia com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476/09, no valor de R\$ 100 milhões.

O prazo da operação é de 5 anos com 18 meses de carência. Os recursos serão utilizados para alongamento da dívida de curto prazo. Os efeitos gerados pelo recebimento desses recursos estão mensurados na nota explicativa 29 – Eventos Subseqüentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2011.

As Informações Trimestrais - ITR individuais estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 21 - Demonstrações Intermediárias, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 Interim Financial Reporting (Relatório Financeiro Intermediário) emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e o CPC 21 – Demonstração Intermediária, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, identificadas como Consolidado.

A Companhia está rerepresentando as informações trimestrais referentes conforme requerido pela Deliberação CVM no. 656, para demonstrar os efeitos das mudanças de práticas contábeis em cada trimestre e comparada com os respectivos períodos de 2009. Os efeitos desta reapresentação estão descritos na nota explicativa 5.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos e o imobilizado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As informações trimestrais são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o preço de

mercado e valor líquido de realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda

e) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

g) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas a fábrica de Celulose e Papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo menos as despesas de venda em cada trimestre, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade

de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

i) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

São provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

j) Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

k) Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período.

l) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 13.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das informações trimestrais foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das informações trimestrais, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As informações trimestrais incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas informações trimestrais.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

p) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

q) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

r) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

s) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes.

Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- **IFRS 9, "Instrumentos Financeiros"**, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e

Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia está em processo de avaliação dos possíveis impactos da adoção desse pronunciamento nas demonstrações financeiras.

- **IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas"**, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

- **"Classificação das Emissões de Direitos" (alteração ao IAS 32)**, emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia não possui operações que estejam sujeitas a essas modificações.
- **IFRIC 14, "Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos"**. O IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas.
- **IFRS 7, "Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros"**. O IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. Esta alteração tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das demonstrações financeiras avaliar o risco de exposição relativo à transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- **Melhoria anual das IFRS de maio de 2010**. Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS3, IFRS7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. As alterações das normas IFRS 3, IFRS 7 e IAS 27 são efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2011. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação destas normas e interpretação em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)	31.03.10	31.12.09
Empresas controladas - participação direta		
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,77	99,77
HGE - Geração de Energia Sustentável	99,98	99,98

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Nas informações trimestrais consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

5. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia seguiu as premissas definidas no CPC 37 – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

A Companhia adotou as seguintes exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos:

Com base no CPC 37 (equivalente ao IFRS 1), é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos, conforme permitido pelo CPC 37 (equivalente ao IFRS 1 na data de transição):

- (i) Mensuração do ativo imobilizado e intangível ao valor justo: a Companhia optou por remensurar seu ativo imobilizado a valor justo (deemed cost) na data de transição para a classe de terras, edificações e máquinas, e optou por manter as demais classes de ativos que compõe os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição;
- (ii) Combinações de negócios: a Companhia optou por não remensurar combinações de negócios ocorridas antes da data de transição para os novos pronunciamentos;
- (iii) Planos de benefícios a empregados: a Companhia não possui planos de benefícios a empregados;
- (iv) Adoção inicial em controladas e empreendimentos em conjunto: a Companhia não possui empreendimentos em conjunto e adotou para suas controladas os novos pronunciamentos na mesma data de sua transição;
- (v) Contabilização de pagamentos baseados em ações: a Companhia não possui operações de pagamentos baseados em ações na data de transição;
- (vi) Contratos de concessão e contratos de seguros: a Companhia não possui contratos de concessão

- de serviços públicos, nem contratos de seguros que se enquadrem no escopo da isenção, na data de transição;
- (vii) Ajuste de estimativas: com exceção da revisão da vida útil dos ativos imobilizados (nota explicativa 15) a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas utilizadas anteriormente na data de transição.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas informações trimestrais, em decorrência das mudanças de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

a) CPC 32 (equivalente ao IAS 12) – Tributos sobre o Lucro

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados nos balanços sociais como ativos e passivos não circulantes, mesmo existindo a expectativa de utilização no curto prazo.

Os ajustes de adoção do custo atribuído e valor justo de ativos biológicos devem ser ajustados pelos efeitos tributários e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferido.

b) CPC 39 (equivalente ao IAS 32) – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis líquida dos depósitos judiciais relacionados às provisões constituídas. A norma estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das informações trimestrais quando atendidos certos requisitos, porém, a provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentado os valores brutos nas informações trimestrais dos depósitos judiciais e da provisão para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

c) CPC 29 (equivalente ao IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado “ativos biológicos”, além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior.

O efeito da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma “reserva de lucros a realizar”, com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

A Companhia possui investimentos em controladas que possuem ativos biológicos registrados em suas informações trimestrais. A adoção dos novos pronunciamentos nas informações trimestrais das investidas ocorreu na mesma data da adoção dos novos pronunciamentos da controladora.

d) ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado

e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia optou por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos as terras, máquinas e edificações, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos.

As definições dos custos atribuídos das terras, máquinas e edificações da Companhia foram apuradas com base em avaliações efetuadas por empresa terceirizada especializada, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

- e) ICPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

O saldo de ágio na aquisição de controladas adquiridas antes da data de transição, foi alocado ao saldo de investimentos na referida controlada na demonstração financeira individual. Essas diferenças foram alocadas em suas respectivas rubricas nas informações trimestrais consolidadas.

- f) CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.

A Lei nº 11.638/07 restringiu lançamento de gastos no ativo diferido, sendo que os gastos ativados que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados no balanço de abertura na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados.

- g) CPC 38 (equivalente ao IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

- Conciliação dos efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Demonstramos no quadro a seguir, os efeitos no Patrimônio Líquido e no Resultado, para o primeiro trimestre de 2009 e de 2010.

Efeitos no Resultado

Demonstrações do Resultado	Referência	Consolidado	
		1T10	1T09
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		(2.066)	(609)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	14.545	175
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(2.865)	(2.667)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	d)	1.268	-
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	97	97
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	(3.943)	412
Destinação da participação dos administradores		-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		9.102	(1.983)
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos		7.036	(2.592)

Efeitos no Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	Referência	Consolidado	
		31.12.09	31.03.10
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		89.625	88.038
Valor justos dos ativos biológicos	c)	120.983	119.397
IR/CSLL sobre ativos biológicos	a)	(35.819)	(35.406)
Custo atribuído ao imobilizado	d)	415.220	415.103
IR/CSLL sobre custo atribuído	a)	(140.740)	(140.700)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a)	(3.970)	(3.970)
Prejuízo acumulado no período	f)	(2.586)	7.767
Outros			(480)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		353.088	361.711
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos		442.713	449.749

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia são representadas por saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Fundo fixo	16	16	20	20
Bancos	1.690	2.897	1.781	3.005
	1.706	2.913	1.801	3.025

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	64.025	59.724	66.718	63.273
Clientes - mercado externo	5.202	4.158	5.285	4.241
Controladas	869	671	-	-
	<u>70.096</u>	<u>64.553</u>	<u>72.003</u>	<u>67.514</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.533)	(5.326)	(6.249)	(6.042)
Duplicatas descontadas	-	-	-	(15)
	<u>64.563</u>	<u>59.227</u>	<u>65.754</u>	<u>61.457</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
À vencer	60.526	54.522	61.646	55.979
Vencidos até 30 dias	2.571	2.863	2.662	3.612
Vencidos de 31 a 60 dias	491	849	495	1.000
Vencidos de 61 a 90 dias	240	136	242	139
Vencidos de 91 a 180 dias	225	72	313	78
Vencidos há mais de 180 dias	6.043	6.111	6.645	6.706
	<u>70.096</u>	<u>64.553</u>	<u>72.003</u>	<u>67.514</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 50 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas a mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas a menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Produtos acabados	5.916	5.615	6.994	6.475
Materiais de produção	17.309	16.684	17.316	16.684
Materiais de consumo	9.595	9.333	9.595	9.333
Outros estoques	211	129	211	167
	<u>33.031</u>	<u>31.761</u>	<u>34.116</u>	<u>32.659</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
ICMS sobre aquisição de imobilizado	7.631	8.150	7.648	8.169
ICMS	1.074	984	1.074	984
IPI	1.394	557	1.394	557
Imposto de renda	426	1.528	426	1.529
Contribuição social	159	559	159	559
Outros	15	15	15	15
	<u>10.699</u>	<u>11.793</u>	<u>10.716</u>	<u>11.813</u>
Parcela do circulante	6.098	6.755	6.115	6.775
Parcela do não circulante	4.601	5.038	4.601	5.038

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

10. BANCOS CONTA VINCULADA

É representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao Banco Credit Suisse, equivalente a 1/3 (um terço) do valor da parcela vincenda em maio de 2010. Em 31 de dezembro de 2009 o valor de R\$ 8.399 era representado por 30% da alienação de terras localizadas no município de Caçador – SC, o qual foi liberado em 12 de fevereiro de 2010 quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA aprovou o georeferenciamento da referida área.

	Controladora e Consolidado	
	31.03.10	31.12.09
Conta vinculada Banco Credit Suisse	2.361	3.803
Alienação de terras	-	8.399
	<u>2.361</u>	<u>12.202</u>

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Créditos de carbono	3.471	3.726	3.471	3.726
Adiantamento a fornecedor	884	914	886	921
Créditos de funcionários	507	619	551	619
Renegociação de clientes	3.228	3.092	3.259	3.123
Despesas antecipadas	1.707	2.119	1.707	2.119
Outros créditos	1.850	1.872	2.136	2.104
	<u>11.647</u>	<u>12.342</u>	<u>12.010</u>	<u>12.612</u>
Parcela do circulante	10.531	10.908	10.691	10.948
Parcela do não circulante	1.116	1.434	1.319	1.664

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em outubro de 2012 e a taxa média de atualização é de 2% a.m. Alguns contratos constam cláusula de garantias de máquinas e equipamentos garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	6.953	6.159	6.953	6.159
Sobre prejuízo fiscal	2.164	2.308	2.164	2.308
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	2.502	2.220	2.502	2.220
Sobre base de cálculo negativa	779	831	779	831
	<u>12.398</u>	<u>11.518</u>	<u>12.398</u>	<u>11.518</u>

A Companhia, de acordo com a Instrução CVM n°. 371, registrou ativo fiscal diferido relativo a imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final de suas contingências e por ser de difícil avaliação quanto ao seu prazo de realização, são apresentados no ativo não circulante.

Com relação aos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 2.943, a realização desses créditos será efetuada pela geração de lucros futuros. Com base em estudo técnico de viabilidade, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a realização destes ativos é estimada da seguinte forma:

Período	Valor R\$
2011	540
2012	1.937
2013	466
	<u>2.943</u>

13. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Total 31/03/2010	Total 31/12/2009
Capital social integralizado	28.260	41.226	1.300	4.010		
Patrimônio líquido	103.309	77.545	(1.531)	3.529		
Resultado do exercício	3.481	1.488	(206)	-		
Participação no capital em %	100,00	99,98	99,77	100		
Saldo Inicial	99.827	76.047	-	3.529	179.403	144.613
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	9
Aumento de capital	-	-	-	-	-	43.661
Resultado da equivalência patrimonial	3.481	1.488	-	-	4.969	(2.911)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(5.969)
Custo atribuído de imobilizado	-	-	-	-	-	-
Total Investimento em controlada	103.308	77.535	-	3.529	184.372	179.403

A controlada Habitasul Florestal S.A. realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A. realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações LTDA. realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A Companhia tem registrado em outras contas a pagar, no passivo circulante, provisão para perda no valor de R\$ 1.529 (R\$ 1.323 em dezembro de 2009), em razão do prejuízo da controlada Meu Móvel de Madeira ultrapassar o valor de seu investimento.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos. A empresa está em fase de desenvolvimento do projeto e não está em operação.

A Companhia tem registrado em Outras contas a pagar, no passivo circulante, valores devidos à controlada HGE Geração de Energia Sustentável no montante de R\$ 2.963 (R\$ 3.106 em dezembro de 2009), que deverá ser pago até dezembro de 2010 conforme alteração contratual de aumento de capital registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

14. IMOBILIZADO

	31.03.10			31.12.2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Controladora				
Terrenos	124.053	-	124.053	124.053
Prédios e construções	41.117	(8.966)	32.151	31.351
Equipamentos e instalações	505.217	(147.265)	357.952	363.851
Veículos e tratores	1.695	(1.315)	380	412
Outras imobilizações	11.842	(6.723)	5.119	5.166
Imobilizações em andamento	6.090	-	6.090	3.291
Adiantamento fornec. de imobilizado	5.369	-	5.369	6.896
Bens contratados em leasing financeiro	26.698	(7.523)	19.175	19.951
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.060	(909)	15.151	15.311
	<u>738.141</u>	<u>(172.701)</u>	<u>565.440</u>	<u>570.282</u>

	31.03.10			31.12.2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Consolidado				
Terrenos	169.184	-	169.184	169.184
Prédios e construções	153.505	(28.990)	124.515	124.100
Equipamentos e instalações	505.345	(147.284)	358.061	363.957
Veículos e tratores	1.703	(1.319)	384	416
Outras imobilizações	12.763	(6.823)	5.942	5.523
Imobilizações em andamento	7.045	-	7.045	4.071
Adiantamento fornec. de imobilizado	5.370	-	5.370	6.896
Bens contratados em leasing financeiro	26.698	(7.523)	19.175	19.951
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.060	(909)	15.151	15.311
	<u>897.673</u>	<u>(192.847)</u>	<u>704.827</u>	<u>709.409</u>

Síntese da movimentação do imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	2009	31.03.10	2009
Saldo inicial	570.282	696.063	709.409	744.133
Adições	3.976	19.857	4.702	20.297
Baixas	(859)	(18.372)	(862)	(18.779)
Transferência para capitalização em controlada	-	-	-	-
	-	(91.406)	-	-
Custo atribuído	-	-	-	-
Depreciação	(7.959)	(35.860)	(8.422)	(36.242)
Saldo final	<u>565.440</u>	<u>570.282</u>	<u>704.827</u>	<u>709.409</u>

a) Método de depreciação

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2009 e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de prédios e construções, máquinas e equipamentos. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio de empresa terceirizada especializada no assunto.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2009, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 01 de janeiro de 2010, definida com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa reavaliada utilizada e partir de 2010 está apresentada pela média ponderada.

	<u>Taxa 2009 %</u>	<u>Taxa reavaliada %</u>
Prédios e construções *	4	2,25
Equipamentos e instalações **	10 a 20	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	4 a 25	5,71
Veículos e tratores	20	20

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

A alteração nas taxas do cálculo da depreciação foi tratada como uma mudança de estimativa e seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva.

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos na Unidade Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

Está registrado no imobilizado os bens contratados em arrendamento mercantil (leasing financeiro) pelo valor dos pagamentos na data dos contratos.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantida e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Em 31 de março de 2010, os compromissos assumidos estão registrados como Empréstimos e Financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade da Companhia Comercial de Imóveis sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

b) Adoção do custo atribuído (deemed cost)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado das seguintes classes de ativos:

	Em 1º de janeiro de 2010					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Terrenos	13.220	111.716	124.936	28.164	142.241	170.405
Prédios e construções	407	21.835	22.242	38.038	74.186	112.224
Equipamentos e instalações	180.341	198.793	379.134	180.341	198.793	379.134
	<u>193.968</u>	<u>332.344</u>	<u>526.312</u>	<u>246.543</u>	<u>415.220</u>	<u>661.763</u>

Os relatórios gerados por especialistas datados de novembro de 2010, que tiveram como data base 01 de janeiro de 2010, foram aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa especializada, e sobre os ajustes do custo atribuído constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos. O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 415.220 e R\$ 332.344 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 174.388 e R\$ 186.527 em decorrência da adoção do custo atribuído, respectivamente no consolidado e na controladora.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

c) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração.

d) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Custo de formação dos ativos biológicos	39.602	39.246	43.121	42.816
Diferencial do valor justo	114.721	104.635	168.607	156.927
Ativo biológico a valor justo	154.323	143.881	211.728	199.743

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno obtido por investidores no mercado;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, considerados custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período, comparado com a expectativa de produção de cada floresta;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações trimestrais.

b) Reconciliação das variações de valor justo.

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial	158.057	221.342
Plantio	3.950	4.079
Exaustão	(7.603)	(14.798)
Alienação de florestas	(14.576)	(14.576)
Variação de valor justo	<u>4.053</u>	<u>3.696</u>
Saldo em 31.12.09	<u>143.881</u>	<u>199.743</u>
Plantio	840	904
Exaustão	(1.600)	(3.463)
Variação de valor justo	<u>11.202</u>	<u>14.544</u>
Saldo em 31.03.10	<u><u>154.323</u></u>	<u><u>211.728</u></u>

A exaustão dos ativos biológicos do período foi apropriada ao custo de produção.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	12.016	12.947	12.016	12.947	a)
Capital de giro	61.540	50.301	62.111	50.301	b)
Leasing financeiro	1.939	1.572	1.939	1.572	c)
Total moeda nacional	75.495	64.820	76.066	64.820	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.350	2.297	2.350	2.297	d)
Adiantamento de contrato de câmbio	5.692	7.339	5.692	7.339	e)
Banco Votorantim	3.190	3.122	3.190	3.122	f)
Banco Itaú BBA	10.852	11.511	10.852	11.511	g)
DF Deutsche Forfait s.r.o.	360	375	360	375	h)
Toronto Dominion Bank	333	324	333	324	i)
Banco Credit Suisse	35.076	34.273	35.076	34.273	j)
Banco C.I.T.	933	972	933	972	k)
Banco Santander Real	1.506	1.536	1.506	1.536	l)
Banco Santander	1.968	2.074	1.968	2.074	m)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	6.419	6.132	6.419	6.132	n)
Adiantamentos de contrato de câmbio	212	-	212	-	
Total moeda estrangeira	68.891	69.955	68.891	69.955	
Total do circulante	144.386	134.775	144.957	134.775	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	23.483	25.807	23.483	25.807	a)
Capital de giro	32.821	37.900	32.821	37.900	b)
Leasing financeiro	1.737	419	1.737	419	c)
Total moeda nacional	58.041	64.126	58.041	64.126	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	6.177	6.800	6.177	6.800	d)
Banco Votorantim	1.004	1.261	1.004	1.261	f)
Banco Itaú BBA	1.809	4.796	1.809	4.796	g)
DF Deutsche Forfait s.r.o.	180	375	180	375	h)
Toronto Dominion Bank	499	485	499	485	i)
Banco Credit Suisse	70.152	77.115	70.152	77.115	j)
Banco C.I.T.	1.633	1.944	1.633	1.944	k)
Banco Santander Real	2.952	4.609	2.952	4.609	l)
Banco Santander	4.519	4.148	4.519	4.148	m)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	3.209	3.066	3.209	3.066	n)
Total moeda estrangeira	92.134	104.599	92.134	104.599	
Total do não circulante	150.175	168.725	150.175	168.725	
Total	294.561	303.500	295.132	303.500	
Vencimentos no longo prazo:					
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09	
2011	67.424	95.688	67.424	95.688	
2012	64.003	54.326	64.003	54.326	
2013	13.708	12.812	13.708	12.812	
2014	1.063	896	1.063	896	
2015	905	738	905	738	
Acima	3.072	4.265	3.072	4.265	
	150.175	168.725	150.175	168.725	

Empréstimos em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a juros que variam entre 2,0% e 8,5% a.a., acrescidos da TJLP, com vencimento final em 2019.
- b) Capital de Giro - estão sujeitos a juros que variam entre 120,0% e 201,17% do CDI, com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- c) Leasing Financeiro – estão sujeitos a juros que variam entre 1,12% e 1,86% a.m. com vencimento final em 2011.

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de março de 2010 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros que variam entre 3,25% a.a. e 12,28% a.a.

- d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2013.
- e) Os adiantamentos de contrato de câmbio são atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro e têm suas faturas fixadas para liquidação até fevereiro de 2011.
- f) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em 2011.
- g) Banco Itaú BBA S.A., atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas mensais a partir de janeiro de 2010 com vencimento final em 2011.
- h) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.
- i) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.
- j) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2013, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia.
- k) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- l) Banco Santander Real, atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- m) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.
- n) Banco Santander P.P.E.- Pré pagamento de exportação – atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

A Companhia ofereceu em garantia aval dos controladores ou hipotecas de bens ou alienação fiduciária e/ou o conjunto de duas destas de acordo com cada contrato.

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram

oferecidos como garantias imóveis e florestas da empresa subsidiária Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel e ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia.

Em garantia a operação do Banco Santander Real foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

Banco Santander Real (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3 vezes de 2008 a 2013;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível.

Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3,50 vezes para o primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2010; 3,25 vezes para o quarto trimestre de 2010 e para o primeiro e segundo trimestre de 2011; 3,00 vezes para o terceiro e quarto trimestres de 2011 e para o primeiro trimestre de 2012; 2,75 vezes para o segundo e terceiro trimestres de 2012 e 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2013;
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,0 vezes para os trimestres fiscais de 2010; 2,25 vezes para o primeiro trimestre de 2011 e de 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2013;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes;
- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 50% do valor da Depreciação somada a Exaustão e Amortização para o ano de 2009 e não superiores a 75% para os anos de 2010 a 2013. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

Banco Votorantim (índices válidos a partir de 31 de dezembro de 2009 com verificação realizada somente ao final de cada exercício).

- a) Os investimentos em ativo fixo ficarão por dois anos limitados ao valor da reversão da depreciação e exaustão;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3,5 vezes ao final do exercício de 2010 e de 2,5 vezes ao final do exercício de 2011;
- c) A margem do EBITDA (EBITDA/ROL) deverá ser de no mínimo 16,50%.

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse para este trimestre.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

17. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Interno				
Materiais	26.450	28.721	26.656	28.077
Ativo imobilizado	492	658	492	658
Prestador de serviços	1.974	2.706	2.032	2.823
Transportadores	4.647	4.728	4.657	4.735
Partes relacionadas	1.802	126	-	802
Externo				
Materiais	607	257	607	257
	<u>35.972</u>	<u>37.196</u>	<u>34.444</u>	<u>37.352</u>

18. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Parcelamento REFIS INSS	1.179	1.141	1.255	1.226
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.428	1.374	1.462	1.407
Parcelamento ICMS	1.106	970	1.106	970
Parcelamento CSLL	-	-	12	17
	<u>3.713</u>	<u>3.485</u>	<u>3.835</u>	<u>3.620</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado		Vencimento
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09	
Parcelamento REFIS INSS	196	475	852	1.137	Junho 2013
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.934	9.225	8.983	9.274	Novembro 2025
Parcelamento ICMS	3.766	3.881	3.766	3.881	Outubro 2014
	<u>12.896</u>	<u>13.581</u>	<u>13.601</u>	<u>14.292</u>	

Vencimentos no longo prazo:

2011	2.984	3.159
2012	1.815	2.052
2013	1.815	2.052
2014	1.815	2.052
Acima	4.467	4.286
	<u>12.896</u>	<u>13.601</u>

Além da adesão ao Refis, para conversão dos parcelamentos anteriormente existentes no PAES (Lei 10.684/03), a Companhia optou pelo parcelamento de outros débitos de IPI que apresentavam expectativa de perda provável na avaliação dos assessores jurídicos. A decisão da Administração está embasada nas relevantes reduções dos valores relativos à multa de ofício e de mora e dos juros de mora, o que reduzem significativamente os valores parcelados, e ainda, na possibilidade de utilização do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido para abater os saldos remanescentes das multas de ofício e de mora e também dos juros após as reduções concedidas pela Lei 11.941/09 e pela MP 470/09.

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal - IPI – Refere-se a parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 7.688 sendo R\$ 3.252 de principal e R\$ 4.436 de multas e de juros de mora. Este valor será pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para 2009 e 2010 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	11.240	13.618	11.240	13.618
Valor Justo dos ativos biológicos	28.680	26.159	29.757	27.204
Custo Atribuído do ativo imobilizado	82.835	82.543	103.800	103.484
Reserva de Reavaliação	4.363	4.397	4.363	4.397
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	4.047	4.902	4.047	4.902
Valor Justo dos ativos biológicos	10.323	9.417	10.905	9.982
Custo Atribuído do ativo imobilizado	29.821	29.716	37.368	37.253
Reserva de Reavaliação	1.571	1.582	1.571	1.582
	<u>172.880</u>	<u>172.334</u>	<u>203.051</u>	<u>202.422</u>

20. PARTES RELACIONADAS

Correspondem a débitos junto às controladas e outras empresas relacionadas conforme a seguir:

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Mútuo ativo		Mútuo passivo		Receitas	Despesas
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.03.10
Irani Trading S.A.	-	-	1.538	40	-	-	4.207	3.290	-	4.314
Habitasul Florestal S.A.	5.969	5.969	226	86	-	-	16.617	14.465	-	325
HGE - Geração de Energia	-	-	2.963	3.107	-	-	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	869	671	-	-	2.463	2.730	-	-	853	628
Irani Participações	-	-	38	-	-	-	-	-	-	120
Companhia Com.de Imóveis	-	-	149	149	-	-	-	-	-	405
Remuneração dos administradores	-	-	1.635	1.635	-	-	-	-	-	1.318
Habitasul Desen. Imob.	-	-	-	-	-	-	-	306	-	-
Total	6.838	6.640	6.549	5.017	2.463	2.730	20.824	18.061	853	7.110
Parcela circulante	(6.838)	(6.640)	(6.400)	(5.017)	-	-	-	(306)	-	-
Parcela não circulante	-	-	149	-	2.463	2.730	20.824	17.755	-	-
Consolidado	Contas a pagar		Mútuo passivo		Receitas	Despesas				
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.03.10				
Irani Participações	38	-	-	-	-	120				
Companhia Com.de Imóveis	149	149	-	-	-	405				
Remuneração dos administradores	1.635	1.635	-	-	-	1.399				
Habitasul Desen. Imob.	-	-	-	306	-	-				
Total	1.822	1.784	-	306	-	1.924				
Parcela circulante	(1.822)	(1.784)	-	(306)	-	-				
Parcela não circulante	-	-	-	-	-	-				

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA. são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial, o qual está sendo locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de Outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais e consecutivas.

O débito junto a HGE – Geração de Energia Sustentável é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado no ano de 2010.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos junto a Companhia Comercial de Imóveis decorrem de contrato de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis, o valor mensal contratado foi de R\$ 125 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria, participação dos administradores e benefícios pagos a administradores em virtude de rescisão de contrato de trabalho.

O débito junto à empresa Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., vem sendo liquidado em 50 parcelas mensais e sucessivas, foram liquidadas em fevereiro de 2010, reajustadas pela TJLP acrescida de juros de 6% ao ano, nos termos do contrato de compra e venda de ações da Habitasul Florestal S.A., realizado em dezembro de 2006.

21. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para processos judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Provisão para processos cíveis	7.667	7.667	7.667	7.667
Provisão para processos trabalhistas	877	1.915	1.070	2.159
Provisão para processos tributárias	21.649	18.876	21.649	18.876
	<u>30.193</u>	<u>28.458</u>	<u>30.386</u>	<u>28.702</u>

Controladora	31.12.09	Provisão	Baixas	31.03.10
Cível	7.667	-	-	7.667
Trabalhista	1.915	-	(1.038)	877
Tributária	18.876	2.773	-	21.649
	<u>28.458</u>	<u>2.773</u>	<u>(1.038)</u>	<u>30.193</u>

Consolidado	31.12.09	Provisão	Baixas	31.03.10
Cível	7.667	-	-	7.667
Trabalhista	2.159	-	(1.089)	1.070
Tributária	18.876	2.773	-	21.649
	<u>28.702</u>	<u>2.773</u>	<u>(1.089)</u>	<u>30.386</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial e principalmente, a ação falimentar de empresa onde a Companhia tem o crédito habilitado no processo. Em 31 de março de 2010, havia R\$ 7.667 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 7.220.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R\$ 877 (R\$ 1.070 no consolidado) em 31 de março de 2010, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.
- c) Os processos tributários se referem principalmente a:
 - i) execução fiscal promovida pelo Estado de Santa Catarina tratando-se de discussão de suposta transferência de crédito irregular de ICMS no valor de R\$ 1.305.
 - ii) a Companhia realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. O montante compensado entre os períodos de setembro de 2006 a março de 2010 foi de R\$ 15.168. O saldo atualizado em 31 de março de 2010 totaliza R\$ 20.285.

Contingências Possíveis

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de março de 2010, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.10	31.12.09
Contingências trabalhistas	7.109	7.109
Contingências cíveis	1.132	1.132
Contingências ambientais	876	876
Contingências tributárias	44.390	44.390
	<u>53.507</u>	<u>53.507</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 7.109 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Encontram-se em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 1.132 e contempla principalmente ação de indenização de rescisão de contrato de Representação Comercial encontrando-se em fase de recurso.

Contingências ambientais:

Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R\$ 876 mil. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda e com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 44.390 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de março de 2010 de R\$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de março de 2010 de R\$ 4.109 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso face à oposição dos embargos por parte da Companhia.
- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31

de março de 2010 de R\$ 4.373 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária.

- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de março de 2010 de R\$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e considera boas as chances de êxito.
- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de março de 2010 de R\$ 25.647 já incluso multas e juros até a data. A Companhia apresentou defesas administrativas para as referidas notificações fiscais e considera muito boas as chances de êxito para todos os créditos constituídos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de março de 2010, é de R\$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

A Companhia mantém em tesouraria 5.602 (cinco mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R\$ 80, adquiridas de ex-diretores que se desligaram do cargo e que adquiriram as ações em Plano de Opções de Ações de exercícios anteriores.

c. Lucro do exercício

Os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal demonstrado.

d. Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por Reserva legal, Reserva de lucros a realizar, Ajustes de avaliação patrimonial e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pelo efetivo consumo dos ativos biológicos avaliados a valor justo, quando será também oferecida a base de dividendos.

A Reserva de ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizado (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura, e esses não terem sido financeiramente realizados. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecido a base de dividendos.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

23. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	31.03.10		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.458.385	640.513	8.098.898
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	6.429	607	7.036
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,8619	0,9482	

	31.03.09		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.460.906	640.513	8.101.419
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	-	-	-
Lucro por ação básico e diluído - R\$	-	-	

24. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.03.09	31.03.10	31.03.09
Custos variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(51.186)	(49.058)	(49.453)	(50.674)
Gastos com pessoal	(17.405)	(15.556)	(17.620)	(15.953)
Varição valor justo ativos biológicos	11.203	406	14.545	175
Depreciação, amortização e exaustão	(9.878)	(9.569)	(12.209)	(10.712)
Fretes de vendas	(3.982)	(3.580)	(4.133)	(3.670)
Contratação de serviços	(2.889)	(2.496)	(2.947)	(2.590)
Despesas de vendas	(5.219)	(5.711)	(5.075)	(5.560)
Outros gastos	(420)	-	(425)	-
	<u>(79.776)</u>	<u>(85.564)</u>	<u>(77.317)</u>	<u>(88.984)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(859)	(465)	(865)	(465)
Venda de ativo permanente	296	815	305	815
Outras receitas/despesas	171	(84)	460	350
	<u>(392)</u>	<u>266</u>	<u>(100)</u>	<u>700</u>
Despesa operacional	<u>(80.168)</u>	<u>(85.298)</u>	<u>(77.417)</u>	<u>(88.284)</u>

25. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 1.318 até março de 2010 (R\$ 446 no mesmo período do ano anterior). A Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2009 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global dos administradores de no máximo R\$ 5.500.

Durante os exercícios de 2007 a 2009, a Companhia manteve o Programa de Remuneração Complementar de Diretores – “Projeto Superação”, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 24 de agosto de 2007 e pela Assembléia Geral Extraordinária de 14 de setembro de 2007. Fez parte do programa, além do Plano de Opção de Ações em que os Diretores exerceram o direito de aquisição no primeiro trimestre de 2008, o Plano de Participação no Crescimento de 2007/2009 – UPSIDE. Este último teve por base o projeto de crescimento 2007/2009 da Celulose Irani S.A., o qual propiciou uma elevação significativa na geração de caixa da empresa (EBITDA) e, com isso, o aumento do valor de mercado da Companhia.

Os índices exigidos pelas metas do programa não foram atingidos.

Em Reunião do Conselho de Administração de 05 de março de 2010 foi aprovada a manutenção da Participação dos Administradores provisionada no valor de R\$ 1.635, a qual deverá ser distribuída futuramente conforme deliberação do próprio Conselho de Administração.

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.03.09	31.03.10	31.03.09
Receita de bens alienados	343	815	355	820
Outras receitas operacionais	367	492	451	518
	<u>710</u>	<u>1.307</u>	<u>806</u>	<u>1.338</u>

Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.03.09	31.03.10	31.03.09
Custo dos Bens alienados	(859)	(465)	(862)	(465)
Outras despesas operacionais	(37)	(111)	(44)	(173)
Provisão para perda em controlada	(206)	(465)	-	-
	<u>(1.102)</u>	<u>(1.041)</u>	<u>(906)</u>	<u>(638)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.03.09	31.03.10	31.03.09
Resultado antes dos impostos	7.146	(4.135)	7.349	(4.041)
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(2.430)	1.406	(2.499)	1.374
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	2.246	(13)	-	-
RTT - Ajustes do Regime Tributário de Transição	135	115	75	122
Outras diferenças permanentes	(61)	(21)	2.111	(48)
	<u>(110)</u>	<u>1.487</u>	<u>(313)</u>	<u>1.448</u>

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.03.09	31.03.10	31.03.09
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	96	-	96	-
Juros	270	242	269	244
Descontos obtidos	9	123	9	142
	<u>375</u>	<u>365</u>	<u>374</u>	<u>386</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	9.720	12.140	9.721	12.141
Variação cambial passiva	(13.456)	(8.464)	(13.457)	(8.465)
Variação cambial líquida	<u>(3.736)</u>	<u>3.676</u>	<u>(3.736)</u>	<u>3.676</u>
Despesas financeiras				
Juros	(9.178)	(11.635)	(9.305)	(11.770)
Descontos concedidos	(27)	(224)	(152)	(224)
Deságios/despesas bancárias	(641)	(749)	(642)	(752)
Outros	(117)	(120)	(123)	(131)
	<u>(9.963)</u>	<u>(12.728)</u>	<u>(10.222)</u>	<u>(12.877)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(13.324)</u>	<u>(8.687)</u>	<u>(13.584)</u>	<u>(8.815)</u>

29. SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros (não revisado). Em 31 de março de 2010, a cobertura está assim demonstrada:

Dados Controladora e Consolidado:

<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância</u> <u>Segurada</u>
Seguro Empresarial, grupo de usinas, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	13/10/09 a 13/10/10	R\$ 7.948
Seguro Empresarial, grupo escritórios e hotel, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	16/10/09 a 16/10/10	R\$ 3.107

Seguro Industrial, grupo fábricas, coberturas de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça.	11/11/09 a 11/11/10	R\$ 275.940
Seguro Responsabilidade Civil Geral, abrangente para todas as unidades, coberturas de responsabilidade civil e danos morais.	27/09/09 a 27/09/10	R\$ 12.000
Seguro Residencial e Empresarial, vila residencial e dependências comerciais, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	27/09/09 a 27/09/10	R\$ 20.311
Seguro de vida em grupo – colaboradores – 24 ou 48 vezes o salário nominal, se por morte natural ou acidental, respectivamente.	02/12/09 a 01/12/10	valor da cobertura é limitado ao mínimo de R\$ 10 e máximo de R\$ 500
Seguro frota de veículos, danos materiais, corporais e morais.	14/08/09 a 14/08/10	Veículos a valor de mercado e coberturas adicionais de R\$ 370 por veículo.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2010, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial líquida em moeda estrangeira é equivalente a 24 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos últimos 12 meses. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.12.09	31.03.10	31.12.09
Contas a receber	5.202	4.158	5.285	4.241
Créditos de carbono a receber	3.471	3.726	3.471	3.726
Bancos conta vinculada	2.361	3.803	2.361	3.803
Adiantamento de clientes	(563)	(323)	(563)	(323)
Fornecedores	(607)	(257)	(607)	(257)
Empréstimos e financiamentos	(160.813)	(174.554)	(160.813)	(174.554)
Exposição líquida	(150.949)	(163.447)	(150.866)	(163.364)

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM n° 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2010.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2010.

Consolidado

Operação	Saldo 31.03.10 U\$\$	Cenário I Ganho (perda)		Cenário II Ganho (perda)		Cenário III Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	6.242	1,76	(106)	2,21	2.647	2,65	5.399
Passivos							
Contas a pagar	(657)	1,76	11	2,21	(279)	2,65	(568)
Empréstimos e financiamentos	(90.294)	1,76	1.535	2,21	(38.285)	2,65	(78.104)
Efeito líquido			1.440		(35.916)		(73.273)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31.03.2010 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia mantém as suas operações de empréstimos e financiamentos expostas à variação cambial com liquidações anuais equivalentes ou menores que os recebimentos provenientes das exportações. Desta forma a Companhia protege seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate) ou LIBOR (London Interbank Offered Rate), entretanto, os impactos na análise de sensibilidade sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados não são representativos.

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de programa de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações contra as variações de câmbio. Os instrumentos financeiros foram designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

Em 31 de março de 2010, a Companhia possui NDF, com valor de referência de R\$ 7.124 e valor justo de R\$ 304 a pagar. O instrumento foi avaliado pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa na data de apuração. A ponta ativa e a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em caixa e equivalentes de caixa têm seus valores similares aos saldos contábeis, considerando o giro e liquidez que apresentam.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras foram classificadas como investimentos mantidos até o vencimento e registradas de acordo com as taxas pactuadas pelo período aplicado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia decidiu utilizar o método do custo amortizado para mensurar seus empréstimos e financiamentos.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: papel; embalagem; florestal e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Papel: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pinus, que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	31/03/2010 - Consolidado					
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	23.341	54.135	3.930	1.166		82.572
Mercado externo	8.076	-	5.219	2.483	-	15.778
Receita de vendas para terceiros	31.417	54.135	9.149	3.649	-	98.350
Receitas entre segmentos	3.963	406	-	-	(4.369)	-
Vendas líquidas totais	35.380	54.541	9.149	3.649	(4.369)	98.350
Variação valor justo At Biológico	11.203	-	3.342			14.545
Custo dos produtos vendidos	(27.228)	(38.583)	(6.326)	(3.601)	3.641	(72.097)
Lucro bruto	19.355	15.958	6.165	48	(728)	40.798
Despesas operacionais	(4.901)	(8.948)	(738)	(1.028)	(4.250)	(19.865)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	14.454	7.010	5.427	(980)	(4.978)	20.933
Resultado Financeiro	(5.598)	(6.890)	(306)	(804)	14	(13.584)
Resultado Operacional Líquido	8.856	120	5.121	(1.784)	(4.964)	7.349

	31/03/2009 - Consolidado					
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	22.461	40.727	2.285	1.667		67.140
Mercado externo	11.443	-	4.225	10.250	-	25.918
Receita de vendas para terceiros	33.904	40.727	6.510	11.917	-	93.058
Receitas entre segmentos	2.161	218	-	-	(2.379)	-
Vendas líquidas totais	36.065	40.945	6.510	11.917	(2.379)	93.058
Variação valor justo At Biológico	406	-	(231)			175
Custo dos produtos vendidos	(28.835)	(30.623)	(3.962)	(10.358)	2.379	(71.399)
Lucro bruto	7.636	10.322	2.317	1.559	-	21.834
Despesas operacionais	(3.608)	(6.989)	(797)	(1.573)	(4.093)	(17.060)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	4.028	3.333	1.520	(14)	(4.093)	4.774
Resultado Financeiro	(5.161)	(3.110)	(203)	(252)	(89)	(8.815)
Resultado Operacional Líquido	(1.133)	223	1.317	(266)	(4.182)	(4.041)

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas de 31 de março de 2010 totalizaram R\$ 98.350 (R\$ 93.058 em 31 de março de 2009).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 31 de março de 2010 totalizou R\$ 15.778 (R\$ 25.918 em 31 de março de 2009), distribuída por diversos países.

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 31 de março de 2010 no mercado interno representaram R\$ 82.572 (R\$ 67.140 em 31 de março de 2009).

No primeiro trimestre de 2010, um único cliente representava mais de 10% das vendas, com uma participação de 13,09% das receitas líquidas deste mercado no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 7.086. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo são pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum outro cliente.

32. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DE UNIDADES PRODUTIVAS

Em 31 de março de 2010, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e valor mensal contratado de R\$ 125, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) A Companhia subscreveu e integralizou em 12 de abril de 2010, a 1ª emissão de debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476/09, no valor de emissão de R\$ 100 milhões (cem milhões de reais). As debêntures vencerão após 60 (sessenta) meses da data de emissão e serão amortizadas em 8 (oito) parcelas semestrais a partir do 18º (décimo oitavo) mês seguinte à data da emissão.

Os recursos obtidos com a emissão das debêntures serão utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas de curto prazo.

Com esta emissão, o perfil de endividamento financeiro apresentado nessas informações trimestrais que é de 49,0 % e 51,0%, passará para 36,8% no passivo circulante e 63,2% no passivo não circulante, respectivamente.

b) Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI lastreada em Contrato de Locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A..

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833 mil.

Esta operação será liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 mil cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela Locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

O montante desta captação será utilizado para integralização pela Irani Trading S.A. de debêntures simples de emissão privada da Celulose Irani S.A. que por sua vez utilizará os recursos para refinanciamento de sua dívida de curto prazo e para suas atividades operacionais.

c) O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho/SC, bem como autorizou a diretoria a alienar seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. Em 31 de março de 2010 e 2009, os resultados da operação descontinuada estão apresentados conforme segue.

Resultado de operação descontinuada

	1T10	1T09
Receita líquida	3.208	11.023
Custo dos produtos vendidos	(3.645)	(9.858)
Prejuízo (lucro) bruto	(437)	1.165
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(637)	(1.297)
Resultado financeiro	(679)	(155)
Outras receitas e despesas operacionais	(30)	(46)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(1.783)	(333)
Imposto de renda e contribuição social	606	113
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(1.177)	(220)

O Resultado financeiro de operações descontinuadas é formado principalmente por receitas e despesas comuns as demais unidades da Companhia, e que são distribuídos para cada segmento pela NCG – Necessidade de Capital de Giro.

34. DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.10	31.03.09	31.03.10	31.03.09
1. RECEITAS	120.929	114.155	125.796	117.567
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	120.012	112.848	124.782	116.229
1.2) Outras receitas	710	1.307	806	1.338
1.4) Provisão para devedores duvidoso - Reversão/(Constituição)	207	-	207	-
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	81.172	77.000	79.312	77.930
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	76.969	70.885	73.184	71.040
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.202	6.115	6.128	6.890
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	39.758	37.155	46.484	39.637
4. DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO VARIACÃO VALOR JUSTO ATIVO BIOLÓGICO	9.559 (11.203)	11.591 (406)	11.886 (14.545)	12.772 (175)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4-5)	41.401	25.969	49.143	27.039
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	16.701	12.645	10.097	12.757
7.1) Resultado de equivalência patrimonial	6.605	39	-	130
7.2) Receitas financeiras	10.095	12.606	10.097	12.627
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	58.102	38.615	59.240	39.797
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	58.102	38.615	59.240	39.797
9.1) Pessoal	15.608	13.792	15.791	14.097
9.1.1 - Remuneração direta	12.896	11.050	13.057	11.324
9.1.2 - Benefícios	1.958	1.957	1.975	1.980
9.1.3 - F.G.T.S.	754	785	759	793
9.2) Impostos, taxas e contribuições	6.361	4.630	7.039	5.301
9.2.1 - Federais	2.607	3.171	3.020	3.597
9.2.2 - Estaduais	3.718	1.380	3.974	1.614
9.2.3 - Municipais	36	80	45	90
9.3) Remuneração de capital de terceiros	29.096	22.841	29.374	22.992
9.3.1 - Juros	23.419	21.293	23.680	21.443
9.3.2 - Aluguéis	5.677	1.547	5.694	1.550
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	7.036	(2.648)	7.036	(2.592)
9.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	7.036	(2.648)	7.036	(2.592)